AVISO AO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CVM nº 23.990 - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09
Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, São Paulo - SP

Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - CVM nº 20516
Fazenda São Martinho, s/nº, CEP 14850-000, Pradópolis - SP

VERT

no valor total de, inicialmente,

R$ 500.000.000,00
(quinhentos milhões de reais)

São Martinho

CÓDIGO ISIN DOS CRA DA 1ª (PRIMEIRA SÉRIE) - CRA DI: Nº BRVERTCRA0P9 **CÓDIGO ISIN DOS CRA DA 2ª (SEGUNDA SÉRIE) - CRA NTN-B: Nº BRVERTCRA0Q7**

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DE RISCO DA EMISSÃO DOS CRA FEITA PELA STANDARD & POOR'S RATINGS DO BRASIL LTDA.: "brAAA(sf)"

A **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.005.683/0001-09, com estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**"JUCESP"**) sob o NIRE 35.3.0049230-7, e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) sob o nº 23.990 (**"Emissora"**), em conjunto com a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0011-78, na qualidade de instituição intermediária líder (**"Coordenador Líder"**), o **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.271.464/0103-43, na qualidade de instituição intermediária (**"Bradesco BBI"**), o **BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 (**"BB-BI"**) na qualidade de instituição intermediária e o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,** instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de instituição intermediária (**"Santander"** e, quando referido em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o BB-BI, os **"Coordenadores"**), comunicam, nos termos do artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM 400"**), que foi requerido perante a CVM, em 24 de novembro de 2017, o registro de distribuição pública de, inicialmente, 500.000 (quinhentos mil) certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 15ª (décima quinta) emissão da Emissora (**"CRA DI"** e **"CRA NTN-B"**, respectivamente, e em conjunto, os **"CRA"**) para distribuição pública, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário, na data de sua emissão (**"Data de Emissão"**) de R$1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante de, inicialmente, R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (**"Emissão"**), podendo tal montante ser acrescido, total ou parcialmente, de comum acordo entre a Emissora, os Coordenadores e a **SÃO MARTINHO S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, na Fazenda São Martinho, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.466.860/0001-56 (**"Devedora"**), em 20% (vinte por cento) dos CRA inicialmente ofertados e, adicionalmente, em 15% (quinze por cento) de acordo com a demanda dos investidores em decorrência das Opções de Lote Adicional e Suplementar (abaixo definidas), nos termos dos artigos 14, parágrafo 2º, e 24 da Instrução CVM 400, a ser realizada em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (**"Lei 11.076"**), a Instrução CVM 400 e a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (**"Instrução CVM 414"** e **"Oferta"**, respectivamente) sendo os CRA lastreados em direitos creditórios do agronegócio alienados pela Vert Créditos Ltda., sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.038.631/0001-19 (**"Debenturista"**), oriundos de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada, emitidas pela Devedora, abaixo descritas. A Emissão é regulada pelo Termo de Securitização, conforme abaixo definido, a ser celebrado entre a Emissora e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 202, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, contato Sr. Flavio Scarpelli e Sra. Eugênia Queiroga, com telefone (11) 3030-7177, site: **www.vortxbr.com** e e-mail: **agentefiduciario@vortxbr.com**, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (**"Agente Fiduciário"**). Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Aviso ao Mercado, que não estejam aqui definidos, terão o significado a eles atribuído no Prospecto Preliminar (abaixo definido) ou no Termo de Securitização (abaixo definido).

1. DELIBERAÇÕES SOBRE A EMISSÃO E TERMO DE SECURITIZAÇÃO

1.1. Aprovações Societárias da Emissão: 1.1.1. A Emissora está autorizada a realizar, nos termos do artigo 2º de seu estatuto social, a emissão e a distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sendo que a Emissão e a Oferta foram aprovadas **(i)** em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de maio de 2017, cuja ata foi registrada perante a JUCESP em 3 de julho de 2017, sob o nº 297.972/17-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de julho de 2017 e no Jornal "Diário Comercial" na edição de 18 de julho de 2017; e **(ii)** em Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 23 de novembro de 2017, cuja ata foi registrada perante a JUCESP em 19 de dezembro de 2017, sob o nº 571.146/17-0. **1.2. Termo de Securitização: 1.2.1.** A Emissão é regulada pelo *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 15ª (Décima Quinta) Emissão da VERT Companhia Securitizadora"* (**"Termo de Securitização"**), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido).

2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO QUE LASTREIAM A EMISSÃO

2.1. Os CRA serão lastreados em direitos creditórios do agronegócio representados por 675.000 (seiscentas e setenta e cinco mil) Debêntures, no valor de R$ 675.000.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), emitidas pela Devedora nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da São Martinho S.A."* (**"Escritura de Emissão"**), por meio da qual a Devedora emitiu as Debêntures DI e as Debêntures NTN-B (em conjunto **"Debêntures"**), que corresponderão ao lastro dos CRA DI e dos CRA NTN-B, respectivamente, objeto da presente Emissão, os quais, por sua vez, serão segregados do restante do patrimônio da Emissora, mediante instituição de Regime Fiduciário, na forma prevista na Cláusula Nona do Termo de Securitização, nos termos da Lei 11.076 e da Lei 9.514. As Debêntures foram emitidas em favor da Debenturista, sendo os Direitos Creditórios do Agronegócio (conforme abaixo definido) posteriormente alienados à Emissora, por meio da aquisição das Debêntures, conforme previsto no *"Contrato de Aquisição e Transferência de Debêntures e Outras Avenças"* a ser celebrado entre Debenturista e a Emissora, com anuência da Devedora (**"Contrato de Aquisição de Debêntures"**). **2.1.1.** A Devedora captará recursos por meio da colocação privada das Debêntures em favor da Debenturista, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**) no âmbito da Operação de Securitização. As Debêntures serão adquiridas da Debenturista pela Emissora, que adquirirá todos e quaisquer direitos creditórios, principais e acessórios, devidos pela Devedora (na condição de emissora das Debêntures) por força das Debêntures DI e Debêntures NTN-B (**"Direitos Creditórios do Agronegócio DI"**, **"Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B"**, respectivamente e, em conjunto, **"Direitos Creditórios do Agronegócio"**), para fins de constituição do lastro da emissão dos CRA, conforme previsto no Contrato de Aquisição. **2.1.2.** Para todos os fins, considera-se "Operação de Securitização" a operação financeira de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão dos CRA, à qual os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro com base no Termo de Securitização, que terá, substancialmente, as seguintes características: **(i)** a Devedora emitirá as Debêntures, a serem subscritas pela Debenturista, consubstanciando os Direitos Creditórios do Agronegócio; **(ii)** a Emissora, por sua vez, adquirirá a totalidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio da Debenturista, por meio do Contrato de Aquisição de Debêntures; **(iii)** a Emissora realizará (a) com lastro nos Direitos Creditórios do Agronegócio DI, a emissão dos CRA DI, e (b) com lastro nos Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B, a emissão dos CRA NTN-B, nos termos da Lei 11.076, sob regime fiduciário, conforme o disposto no Termo de Securitização, os quais serão ofertados publicamente no mercado de capitais brasileiro; e **(iv)** a Emissora efetuará o pagamento, em moeda corrente nacional, por conta e ordem da Debenturista, do preço de aquisição das Debêntures, com os valores decorrentes da integralização dos CRA, em moeda corrente nacional (**"Preço de Aquisição"**). **2.1.3.** Adicionalmente, a emissão das Debêntures e a vinculação dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos CRA no âmbito da Operação de Securitização foi aprovada, por unanimidade, em Reunião do Conselho de Administração da Devedora, realizada em 12 de janeiro de 2018, a qual foi protocolada na JUCESP em 12 de janeiro de 2018. **2.2.** O Patrimônio Separado DI, conforme definido no Termo de Securitização, será composto **(i)** pelos Direitos Creditórios do Agronegócio DI; **(ii)** pelo Fundo de Despesas DI; **(iii)** pelos valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora DI; e **(iv)** pelos bens e/ou direitos decorrentes dos itens (i) a (iii) acima, conforme aplicável. **2.3.** O Patrimônio Separado NTN-B, conforme definido no Termo de Securitização (em conjunto com o Patrimônio Separado DI, os **"Patrimônios Separados"**), será composto **(i)** pelos Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B ; **(ii)** pelo Fundo de Despesas NTN-B; **(iii)** pelos valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora NTN-B; e **(iv)** pelos bens e/ou direitos decorrentes dos itens (i) a (iii) acima, conforme aplicável.

3. CARACTERÍSTICAS DOS CRA

Apresentamos a seguir um sumário da Oferta. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de decidir investir nos CRA. Para uma melhor compreensão da Oferta, o potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Aviso ao Mercado e o prospecto preliminar da Oferta (**"Prospecto Preliminar"**), disponível pelos meios indicados neste Aviso ao Mercado, em especial as informações contidas na Seção "Fatores de Risco" do Prospecto Preliminar, bem como nas demonstrações financeiras da Emissora e da Devedora, respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, também incluídos no Prospecto Preliminar, por referência ou como anexo. **Emissora e Agente Registrador:** VERT Companhia Securitizadora. **Coordenador Líder:** XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Coordenadores:** Banco Bradesco BBI S.A., BB Banco de Investimento S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., em conjunto com o Coordenador Líder. **Participantes Especiais:** Instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários poderão ser convidadas pelos Coordenadores para participar da Oferta, na qualidade de participantes especiais, sendo que, neste caso, serão celebrados os contratos de adesão, nos termos do Contrato de Colocação (cada um, genericamente, **"Contrato de Adesão"**) entre o Coordenador Líder e referidas instituições (**"Participantes Especiais"**, e, em conjunto com os Coordenadores, as **"Instituições Participantes da Oferta"**). **Agente Fiduciário, Agente Escriturador, Custodiante: VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.:** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 202, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, São Paulo - SP; **At.:** Flavio Scarpelli/Eugênia Queiroga; **Telefone:** (11) 3030-7177; **E-mail: agentefiduciario@vortxbr.com; Site: www.vortxbr.com**. Os Investidores poderão ser atendidos por meio do telefone, *website* ou por meio do e-mail informados acima. **Banco Liquidante: Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira privada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.746.948/0001-12. **Número das Séries e da Emissão dos CRA:** A Emissão será realizada em até 2 (duas) Séries, no Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a existência de cada Série e a quantidade de CRA emitidos em cada Série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding* previsto no Termo de Securitização. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de CRA emitida em uma das Séries deverá ser deduzida da quantidade total de CRA, definindo a quantidade a ser alocada na outra Série. Os CRA serão alocados entre as Séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* e o interesse de alocação da Emissora. Não haverá quantidade mínima ou máxima de CRA ou valor mínimo ou máximo para alocação entre as séries, observado que, qualquer uma das Séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade dos CRA será emitida em uma única Série, nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*. Caso as instituições intermediárias da Oferta exerçam a garantia firme de colocação, a alocação dos CRA a serem integralizados, em razão do exercício da garantia firme de colocação, será realizada nas Taxas Máximas em qualquer das Séries, a exclusivo critério dos referidos Coordenadores. **Local e Data de Emissão dos CRA:** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que a data de emissão dos CRA será dia 20 de março de 2018, conforme será informada por meio do prospecto definitivo da Oferta (**"Prospecto Definitivo"**). **Valor Total da Emissão:** Inicialmente, o valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (**"Valor Total da Emissão"**). A Emissora, após consulta e concordância dos Coordenadores e da Devedora, poderá optar por aumentar, total ou parcialmente, a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) CRA, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (**"Opção de Lote Adicional"**). Por sua vez, os Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora e da Devedora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, e de acordo com definição conjunta da Emissora, Devedora e Coordenadores, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão optar por aumentar a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) CRA (**"Opção de Lote Suplementar"**). Em qualquer caso, o valor total dos créditos representados pela emissão das Debêntures deverá ser equivalente ao Valor Total da Emissão aumentado pelo exercício, total ou parcial, da respectiva Opção de Lote Adicional e/ou Opção de Lote Suplementar. **Quantidade de CRA:** Serão emitidos, inicialmente, 500.000 (quinhentos mil) CRA, podendo essa quantidade de CRA ser aumentada, de comum acordo entre a Emissora, os Coordenadores e a Devedora, mediante exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional e Opção de Lote Suplementar, sendo que a quantidade de CRA a ser alocada em cada uma das Séries será decidida em comum acordo entre a Devedora, Emissora e os Coordenadores, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, com a adoção do Sistema de Vasos Comunicantes. **Valor Nominal Unitário:** Os CRA terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**). **Sistema de Vasos Comunicantes:** A colocação dos CRA observará o sistema de vasos comunicantes, em que o número de CRA alocados em cada série será definido de acordo com sua demanda, a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, e conforme estabelecido pela Devedora, Emissora e os Coordenadores, sendo certo que a soma da quantidade de CRA DI e de CRA NTN-B não poderá ser superior à quantidade de CRA referida no item "Quantidade de CRA" acima, devendo, portanto, a quantidade de CRA de cada Série ser subtraída da quantidade total de CRA disponível para a outra Série (**"Sistema de Vasos Comunicantes"**). **Forma dos CRA:** Os CRA serão emitidos sob a forma nominativa e escritural. Serão reconhecidos como comprovante de titularidade dos CRA: **(i)** o extrato de posição de custódia expedido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (**"B3"**), em nome de cada titular de CRA; ou **(ii)** o extrato emitido pelo Agente Escriturador em nome de cada titular de CRA, a partir de informações que lhe forem prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da B3. **Regime Fiduciário:** Nos termos previstos pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (**"Lei 9.514"**) e pela Lei 11.076, será instituído regime fiduciário, nos termos da cláusula 9 do Termo de Securitização: **(i)** sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio DI, bem como sobre o Fundo de Despesas DI e todos e quaisquer valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora DI (**"Regime Fiduciário DI"**); e **(ii)** sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B, bem como sobre o Fundo de Despesas NTN-B e todos e quaisquer valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora NTN-B (**"Regime Fiduciário NTN-B"** e, em conjunto com o Regime Fiduciário NTN-B, os **"Regimes Fiduciários"**). **Garantias:** Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA. Os CRA não contarão com garantia flutuante da Emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha os Patrimônios Separados, não será utilizado para satisfazer as obrigações assumidas no âmbito do Termo de Securitização. **Prazo:** A data de vencimento **(i)** dos CRA DI será em 20 de março de 2023 (**"Data de Vencimento dos CRA DI"**); e **(ii)** dos CRA NTN-B será em 20 de março de 2025 (**"Data de Vencimento dos CRA NTN-B"**), ressalvadas as hipóteses de liquidação dos Patrimônios Separados, vencimento antecipado e pagamento antecipado dos CRA previstas no Termo de Securitização. **Atualização Monetária e Remuneração:** O Valor Nominal Unitário dos CRA DI não será objeto de atualização monetária. O Valor Nominal Unitário dos CRA NTN-B será atualizado monetariamente a partir da primeira Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (**"IPCA"**), de acordo com a fórmula constante da Cláusula 6 do Termo de Securitização. A partir da primeira Data de Integralização (inclusive), os CRA DI farão jus a juros remuneratórios sobre o Valor Nominal Unitário dos CRA, correspondentes a determinado percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "*over* extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (**http://www.cetip.com.br**) (**"Taxa DI"**), que não deverá exceder o percentual máximo de 99,00% (noventa e nove por cento) (**"Taxa Máxima DI"**), a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* (**"Remuneração dos CRA DI"**), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos. A partir da primeira Data de Integralização (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário dos CRA NTN-B, atualizado monetariamente conforme o Termo de Securitização, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso limitado a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2024, divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (**http://www.anbima.com.br**) (**"Taxa Máxima NTN-B"** e, em conjunto com a Taxa Máxima DI, **"Taxas Máximas"**), apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* e (**"Remuneração dos CRA NTN-B"** e, em conjunto com a Remuneração dos CRA DI, a **"Remuneração"**). **Pagamento da Remuneração dos CRA:** A Remuneração dos CRA DI deverá ser paga semestralmente, nos meses de março e setembro de cada ano, em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 21 de setembro de 2018 e a última na Data de Vencimento dos CRA DI, observadas as datas previstas no Prospecto Preliminar e na Cláusula 6.6 do Termo de Securitização. A Remuneração dos CRA NTN-B deverá ser paga anualmente no mês de março de cada ano, em 7 (sete) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 20 de março de 2019 e a última na Data de Vencimento dos CRA NTN-B, observadas as datas previstas no Prospecto Preliminar e na Cláusula 6.7 do Termo de Securitização. **Amortização dos CRA:** O pagamento da integralidade do Valor Nominal Unitário devido a cada titular de CRA a título de pagamento de Amortização, será realizado em parcela única, na Data de Vencimento dos CRA DI ou na Data de Vencimento dos CRA NTN-B, conforme aplicável. **Pagamento Antecipado dos CRA:** Conforme previsto no Prospecto Preliminar e no Termo de Securitização, os CRA poderão ser objeto de resgate antecipado, conforme descrito abaixo. **Oferta de Resgate Antecipado:** Em caso de exercício, pela Devedora, da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, que, nos termos da Cláusula 4.13.1 da Escritura de Emissão, poderá ser realizada na periodicidade máxima de 1 (uma) vez a cada trimestre, a partir da Data de Integralização e até a Data de Vencimento dos CRA DI (exclusivamente em relação aos CRA DI) e a Data de Vencimento dos CRA NTN-B (exclusivamente em relação aos CRA NTN-B), a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado dos CRA direcionada à parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos CRA emitidos e integralizados, ou à totalidade dos titulares de CRA em Circulação de uma ou ambas as Séries, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta, observado que a proposta de resgate antecipado apresentado pela Emissora poderá abranger a totalidade ou parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos CRA emitidos e integralizados, conforme oferta de resgate antecipado das Debêntures apresentada pela Devedora e nos termos previstos na Cláusula 7.2 do Termo de Securitização. Na hipótese de manifestação de interesse pelos titulares de CRA na Oferta de Resgate Antecipado em quantidade excedente ao número máximo de CRA a serem resgatadas, será realizado rateio entre os titulares dos CRA que manifestaram interesse na Oferta de Resgate Antecipado, na proporção da quantidade de CRA de cada adesão, sendo desconsideradas quaisquer frações de Debêntures. O rateio será conduzido fora da B3. **Resgate Antecipado Obrigatório:** A Emissora deverá realizar o resgate antecipado dos CRA de ambas as Séries, em consequência do exercício pela Devedora do resgate antecipado facultativo realizado nos termos da cláusula 4.13.5 e seguintes da Escritura de Emissão, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, durante a vigência dos CRA, caso seja verificada obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Devedora sob a Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Aquisição de Debêntures, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Devedora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Obrigatório será operacionalizado na forma prevista na cláusula 7.3 e seguintes do Termo de Securitização. Os CRA resgatados antecipadamente em virtude da Oferta de Resgate Antecipado ou do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente cancelados pela Emissora. **Vencimento Antecipado:** A Emissora ou Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora dos Patrimônios Separados vinculados à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, observada a cláusula 7.5.2 do Termo de Securitização, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão nas hipóteses previstas nas Cláusulas 7.5. e 7.5.1 do Termo de Securitização. O vencimento antecipado dos CRA terá efeitos automáticos nas hipóteses que determinam sua incidência, conforme previsto na cláusula 7.5 do Termo de Securitização. Ocorrida alguma das hipóteses de vencimento antecipado com efeitos não automáticos, deverá ser convocada Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, especialmente para deliberar sobre eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures DI ou das Debêntures NTN-B, observados os procedimentos previstos no Termo de Securitização. Na Assembleia Geral referida acima, os titulares de CRA DI e/ou CRA NTN-B, conforme o caso, representando, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação da respectiva Série presentes na referida Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, em primeira ou segunda convocação, desde que tal maioria simples represente, no mínimo, 30% (trinta por cento) mais um dos CRA DI em Circulação e/ou CRA NTN-B em Circulação, poderão decidir pela não declaração do vencimento antecipado das Debêntures DI ou das Debêntures NTN-B, conforme o caso. Caso referida Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, devidamente convocada pela Emissora na forma prevista na cláusula 7.5.4 do Termo de Securitização, por qualquer motivo **(i)** não seja instalada em primeira e segunda convocação; ou, **(ii)** dela não resulte decisão no sentido de não decretar o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, conforme o caso, e, consequentemente, da respectiva Série, com efeitos automáticos e imediatamente exigíveis. Caso não haja o quórum mínimo de 30% (trinta por cento) mais um dos CRA DI em Circulação e/ou CRA NTN-B em Circulação na respectiva Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, será declarado o vencimento antecipado das Debêntures DI ou das Debêntures NTN-B. **Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados:** A ocorrência de qualquer um dos eventos previstos no item 13.1 do Termo de Securitização (**"Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados"**) ensejará a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado DI e/ou do Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência do evento, uma Assembleia Geral dos CRA DI e/ou uma Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, para deliberar sobre a assunção da administração do Patrimônio Separado, bem como a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do respectivo Patrimônio Separado DI e/ou do respectivo Patrimônio Separado NTN-B. A Assembleia Geral dos CRA DI ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, convocada para deliberar sobre qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado decidirá sobre a forma de administração e/ou forma de eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme aplicável. A Assembleia Geral dos CRA DI ou Assembleia Geral dos CRA NTN-B, conforme o caso, prevista na cláusula 13.1 do Termo de Securitização, será convocada mediante publicação de edital no jornal "O Estado de São Paulo", por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias e instalar-se-á **(i)** em primeira convocação com a presença de titulares de CRA DI ou CRA NTN-B, conforme o caso, que representem pelo menos 2/3 (dois terços) dos CRA DI em Circulação ou CRA NTN-B em Circulação, conforme o caso; e **(ii)** em segunda convocação, com qualquer número. Em referida Assembleia Geral, os titulares de CRA DI e/ou CRA NTN-B deverão deliberar: **(i)** sobre a liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou **(ii)** pela não liquidação do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, hipótese na qual deverá ser deliberada a administração do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra securitizadora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso. A deliberação pela não declaração da liquidação do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, deverá ser tomada, em **(i)** primeira convocação, pelos titulares de CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA DI em Circulação e/ou CRA NTN-B em Circulação, respectivamente; e **(ii)** segunda convocação, pelos titulares de CRA DI e/ou CRA NTN-B, conforme o caso, que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA DI em Circulação ou CRA NTN-B em Circulação, respectivamente. A não realização da referida Assembleia Geral, ou a insuficiência de quórum de instalação ou de aprovação, será interpretada como manifestação favorável à liquidação do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso. A liquidação do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, será realizada mediante transferência dos Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B, conforme o caso, e dos eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora NTN-B, conforme o caso, integrantes do respectivo Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser nomeada pelos titulares de CRA), na qualidade de representante dos titulares de CRA, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRA de referida Série. Nesse caso, caberá ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser nomeada pelos titulares de CRA), conforme deliberação dos titulares de CRA DI e/ou CRA NTN-B em Assembleia Geral dos CRA DI ou dos CRA NTN-B: **(i)** administrar os Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B e os eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora NTN-B (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI e/ou Créditos do Patrimônio Separado NTN-B) que integram o Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado NTN-B, respectivamente; **(ii)** esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos decorrentes dos Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B e dos eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora NTN-B (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI e/ou Créditos do Patrimônio Separado NTN-B) que lhe foram transferidos, conforme o caso; **(iii)** ratear os recursos obtidos entre os titulares de CRA DI e/ou CRA NTN-B, conforme o caso, na proporção de CRA DI e/ou CRA NTN-B detidos; e **(iv)** transferir os Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio NTN-B e os eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora NTN-B (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI e/ou Créditos do Patrimônio Separado NTN-B) eventualmente não realizados aos titulares de CRA, na proporção de CRA DI e/ou CRA NTN-B detidos por cada titular dos CRA. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados, comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário. A realização dos direitos dos titulares de CRA estará limitada aos Créditos dos Patrimônios Separados, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora. Independentemente de qualquer outra disposição do Termo de Securitização, em caso de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado NTN-B, conforme o caso, e não recomposição pela Devedora, a Emissora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre o aporte de recursos pelos titulares de CRA para arcar com as Despesas DI e/ou Despesas NTN-B, conforme o caso e/ou sobre a liquidação do respectivo Patrimônio Separado, observando os procediment